



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO  
Nº 009/2025-SUBADM



M1619001N

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MPRS

# ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIREITO

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

Nível

**SUPERIOR**

**PROVA**

**01**

**Na Folha de Respostas,  
no local indicado,  
lembre-se de preencher o  
Número da Prova!**



**instituto  
aacp**

Fraudar ou tentar fraudar  
Concursos Públicos é Crime!  
Previsto no art. 311 - A do  
Código Penal

## Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **cem questões objetivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/especialidade corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

## Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

## Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 05 (cinco) horas e 30 (trinta) minutos, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

## Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico [www.institutoaacp.org.br](http://www.institutoaacp.org.br), conforme previsto em Edital.

## Informática

1

Um funcionário do MPRS está utilizando o sistema operacional Windows 11 (em português) em um computador do órgão. Durante a organização de seus arquivos, ele precisa criar uma nova pasta para armazenar documentos relacionados a uma nova área de atuação. No entanto, ao tentar nomear a pasta como Ministério Público, o funcionário se depara com a impossibilidade de utilizar certos caracteres.

Nessa situação, um nome válido que pode ser utilizado por esse funcionário é

- (A) \Ministério\_Público
- (B) :Ministério\_Público
- (C) %Ministério\_Público
- (D) <Ministério\_Público
- (E) \*Ministério\_Público

2

A segurança da informação abrange um conjunto de práticas e políticas voltadas para a proteção dos sistemas de informação contra ameaças digitais, com o objetivo de garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma ferramenta cuja principal função é a proteção contra vírus e malwares.

- (A) Avast.
- (B) Zoom.
- (C) Spotify.
- (D) AutoCAD.
- (E) Slack.

3

No editor de texto Word 365 (em português), as funcionalidades estão organizadas em guias, cada uma contendo grupos específicos de ferramentas. Uma dessas funcionalidades é o Pincel de Formatação, que permite copiar a formatação de um texto e aplicá-la a outros. Assinale a alternativa que apresenta o grupo da guia Página Inicial onde essa funcionalidade está localizada.

- (A) Fonte.
- (B) Área de Transferência.
- (C) Parágrafo.
- (D) Estilos.
- (E) Voz.

4

O MPRS utiliza o navegador Mozilla Firefox (em português) como uma das ferramentas para a navegação de seus sistemas e consulta de documentos. Para garantir a segurança e a privacidade nas atividades de trabalho, o órgão adota práticas recomendadas, como a navegação em modo privativo, pois, ao navegar de forma privativa, não são armazenados históricos de navegação, cookies ou dados temporários, proporcionando maior confidencialidade nas operações.

Nesse sentido, considerando o uso do navegador Mozilla Firefox, qual alternativa apresenta o atalho correto a ser usado para abrir uma nova janela privativa que permite a navegação anônima?

(Obs.: o caractere “+” é utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + Shift + D
- (B) Ctrl + Shift + H
- (C) Ctrl + Shift + X
- (D) Ctrl + Shift + N
- (E) Ctrl + Shift + P

5

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é a legislação brasileira que regula o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger a privacidade e a segurança dos cidadãos. Ela estabelece normas sobre coleta, armazenamento, uso e compartilhamento de dados, garantindo direitos aos indivíduos e impondo responsabilidades às organizações que processam essas informações. A LGPD busca assegurar transparência, consentimento e a possibilidade de revisão e exclusão de dados pelos titulares.

No artigo 5º dessa lei, são definidos alguns termos fundamentais, um deles é assim descrito: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Essa descrição corresponde à definição de

- (A) operador.
- (B) anonimização.
- (C) autoridade nacional.
- (D) controlador.
- (E) titular.

**6**

Softwares utilitários são programas desenvolvidos para realizar tarefas específicas, como a gestão, manutenção e otimização do sistema operacional e de outros aplicativos, por exemplo, o Mozilla Thunderbird. A principal função do Mozilla Thunderbird é ser um

- (A) reprodutor de vídeo.
- (B) compactador de arquivos.
- (C) cliente de e-mails.
- (D) visualizador de imagens.
- (E) antivírus.

**7**

A busca e pesquisa avançada na web envolvem diversos conceitos fundamentais que permitem otimizar a recuperação de informações e aprimorar a experiência do usuário. Um desses conceitos é o cache, que

- (A) é um endereço único utilizado para acessar recursos na web, como sites e arquivos.
- (B) são pequenos arquivos armazenados no navegador que registram informações sobre a navegação do usuário.
- (C) é uma área de armazenamento temporário utilizada para agilizar o carregamento de páginas e conteúdos na web.
- (D) é uma tecnologia que permite a reprodução de áudio e vídeo em tempo real sem a necessidade de download completo.
- (E) é um processo pelo qual mecanismos de busca organizam e catalogam páginas da web para facilitar a recuperação de informações.

**8**

Um advogado do MPRS, frequentemente, precisa gerenciar múltiplos documentos, e-mails e aplicativos enquanto trabalha em diferentes processos judiciais. Durante o expediente, ele costuma alternar rapidamente entre essas aplicações para garantir a eficiência nas suas tarefas. Em um momento de alta demanda, esse profissional necessita revisar rapidamente todas as suas aplicações abertas e as informações que está acessando e decide, então, utilizar um atalho de teclado no sistema operacional Windows 11 (em português) para visualizar uma miniatura de todas as janelas abertas. Diante do exposto, qual é o atalho de teclado correto para que ele consiga realizar essa ação no sistema operacional Windows 11 em português?

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + F4
- (B) Ctrl + Shift
- (C) Ctrl + Alt + Tab
- (D) Ctrl + Shift + Esc
- (E) Ctrl + Esc

**9**

Os periféricos de um computador desempenham papéis essenciais na interação entre usuário e sistema, podendo ser classificados, conforme sua função, como dispositivos de entrada, saída ou ambos. A respeito das características de alguns periféricos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) O mouse é um dispositivo de entrada de dados que controla o cursor na tela.
- ( ) A webcam é um dispositivo de entrada de dados que transforma documentos digitais em físicos.
- ( ) A impressora é um dispositivo de saída que transforma documentos digitais em físicos.
- ( ) O teclado é um dispositivo de saída que permite a digitação de comandos e textos.

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – F – F – F.
- (C) V – F – V – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) V – V – F – F.

**10**

Os softwares utilitários são programas que auxiliam na manutenção, segurança e organização dos sistemas computacionais. Eles desempenham funções específicas que otimizam o desempenho dos computadores e facilitam o uso de diversas aplicações. Dentre esses utilitários, destacam-se os compactadores de arquivos, que permitem reduzir o tamanho dos arquivos para facilitar o armazenamento e o compartilhamento. Assinale a alternativa que apresenta um software cuja principal função é a compactação de arquivos.

- (A) IrfanView.
- (B) KMPlayer.
- (C) Kaspersky.
- (D) Avast.
- (E) WinRAR.

## Raciocínio Lógico

**11**

Todo analista do Ministério Público (MP) deve desenvolver as seguintes atividades na área do Direito: examinar processos e elaborar pareceres sobre questões jurídicas e jurídico-administrativas. Álvaro é um analista do MP. Dessa forma, é verdade afirmar que

- (A) Álvaro não precisa desenvolver a atividade de elaborar pareceres sobre questões jurídico-administrativas.
- (B) Álvaro somente precisa desenvolver a atividade de examinar processos sobre questões jurídico-administrativas.
- (C) Álvaro somente precisa desenvolver a atividade de examinar processos sobre questões jurídicas, mas não abordar as questões jurídico-administrativas.
- (D) Álvaro não precisa desenvolver a atividade de elaborar pareceres sobre questões jurídicas.
- (E) Álvaro deve necessariamente desenvolver as atividades de elaborar pareceres e examinar processos sobre questões jurídicas e jurídico-administrativas.

**12**

Considere as seguintes proposições:

p: O gabinete do advogado está fechado.

q: O ventilador está ligado.

Então, a proposição composta: “O gabinete do advogado não está fechado e o ventilador não está ligado” assumirá um valor lógico verdadeiro se

- (A)  $\sim p$  é falsa e  $\sim q$  é falsa.
- (B) p é falsa e q é falsa.
- (C) p é verdadeira e  $\sim p$  é verdadeira.
- (D) p é falsa e  $\sim q$  é falsa.
- (E) p é verdadeira e q é verdadeira.

**13**

Considere as seguintes cidades que são capitais de estados brasileiros: Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Com base nos Valores Lógicos das premissas das proposições enunciadas a seguir, é correto afirmar que a única proposição com Valor Lógico verdadeiro é

- (A) Curitiba é a capital do Paraná e Florianópolis não é a capital de Santa Catarina.
- (B) se Curitiba é a capital do Paraná, Florianópolis é a capital do Rio Grande do Sul.
- (C) Curitiba é a capital do Paraná e Florianópolis é a capital do Rio Grande do Sul ou Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul.
- (D) Curitiba é a capital do Paraná e Florianópolis é a capital do Rio Grande do Sul ou Porto Alegre é a capital de Santa Catarina.
- (E) se Florianópolis é a capital de Santa Catarina, Porto Alegre não é a capital do Rio Grande do Sul.

**14**

O raciocínio lógico-matemático é baseado em proposições que são sentenças declarativas ou enunciados verbais que, gramaticalmente, têm sentido completo. Então, a proposição “Em Curitiba, ontem, o sol nasceu às 6h20min e se pôs às 18h28min” é do tipo

- (A) proposição simples e fechada.
- (B) proposição simples e aberta.
- (C) proposição composta e fechada.
- (D) proposição composta e aberta.
- (E) proposição simples.

**15**

Em um determinado dia de trabalho, um analista do Ministério Público irá acompanhar a execução de trabalhos desenvolvidos por equipes auxiliares em três diferentes tarefas, iniciando cada uma delas em três horários distintos. As três tarefas são: orientar trabalhos (T1), coordenar trabalhos (T2) e supervisionar trabalhos (T3), e os três horários distintos de início de cada tarefa são: 9 horas (H1), 10 horas (H2) e 11 horas (H3).

Sabe-se que:

- O analista irá acompanhar a execução da tarefa T1 com início no horário H2;
- O analista não irá acompanhar a execução da tarefa T3 com início no horário H3.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) o analista irá acompanhar a execução da tarefa T2 com início no horário H3.
- (B) a tarefa T1 tem início no horário 9 horas.
- (C) o analista irá acompanhar a execução da tarefa T3 com início no horário H3.
- (D) a tarefa T3 tem início às 10 horas.
- (E) o analista irá acompanhar a execução da tarefa T2 com início em horário anterior às 10 horas.

**16**

A proposição que afirma “Augusto é analista do Ministério Público ou Walter não é um procurador-geral da Justiça” é logicamente equivalente a afirmar que

- (A) Augusto é analista do Ministério Público se, e somente se, Walter não é um procurador-geral da Justiça.
- (B) se Augusto é analista do Ministério Público, então Walter não é um procurador-geral da Justiça.
- (C) se Augusto não é analista do Ministério Público, então Walter é um procurador-geral da Justiça.
- (D) se Walter é um procurador-geral da Justiça, então Augusto é analista do Ministério Público.
- (E) Augusto é analista do Ministério Público e Walter é um procurador-geral da Justiça.

17

Em um colégio, um professor aplica um trabalho domiciliar a quatro alunos: A, B, C e D. Tendo dúvida sobre quem trabalhou efetivamente no trabalho, ele faz uma pergunta simples para os alunos. Então, ele expõe a seu colega professor, que trabalha com raciocínio lógico-matemático, o seguinte problema: “Se A respondeu a verdade, B e C mentiram. Se C mentiu, D falou a verdade. Se D falou a verdade, Buenos Aires é a capital do Brasil”. Assim, como Buenos Aires não é capital do Brasil, observe a seguinte Tabela Verdade e assinale a alternativa correta e coerente de acordo com o raciocínio lógico-matemático.

	Buenos Aires é Capital do Brasil	Buenos Aires não é Capital do Brasil
A	V	F
B	F	V
C	F	V
D	V	F

- (A) C mentiu ou D falou a verdade.  
 (B) A e B falaram a verdade.  
 (C) A e D mentiram.  
 (D) C e D mentiram.  
 (E) C e B mentiram.

18

As proposições são sentenças declarativas, não sendo exclamativas nem interrogativas, que podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas. Dessa forma, a partir de duas proposições  $p$  e  $q$ , é possível formar uma nova proposição, denominada conjunção, representada por “ $p$  e  $q$ ”, que também pode ser classificada como verdadeira ou falsa.

Com base nessas informações e nos conhecimentos de raciocínio lógico-matemático, assinale a alternativa correta.

- (A) A conjunção “ $p$  e  $q$ ” será verdadeira se a proposição  $p$  for falsa e a proposição  $q$  for verdadeira.  
 (B) A conjunção “ $p$  e  $q$ ” será verdadeira se somente uma das duas proposições,  $p$  ou  $q$ , for verdadeira.  
 (C) A conjunção “ $p$  e  $q$ ” será verdadeira se ambas as proposições  $p$  e  $q$  forem falsas.  
 (D) A conjunção “ $p$  e  $q$ ” será verdadeira se ambas as proposições  $p$  e  $q$  forem verdadeiras.  
 (E) A conjunção “ $p$  e  $q$ ” será verdadeira se a proposição  $p$  for verdadeira e a proposição  $q$  for falsa.

19

Entre as várias atribuições destinadas a um servidor do Ministério Público (MP), estão incluídas: redação, digitação, impressão, transmissão e arquivamento de trabalhos.

Considere que um determinado servidor do MP organizou seu horário de trabalho no período vespertino em cinco partes a fim de cumprir as atribuições anteriormente descritas, executando diferentes atribuições em cada parte da seguinte maneira:

- início do horário de trabalho às 14h;
- cada parte tem duração de 40 minutos;
- há um intervalo de 15 minutos entre a segunda e a terceira parte;
- há um intervalo de 10 minutos entre a quarta e a quinta parte;
- não há outros intervalos além desses dois citados.

Com base nessas informações, o horário de término da quinta e última parte organizada por esse servidor será às

- (A) 17h45.  
 (B) 16h15.  
 (C) 18h05.  
 (D) 17h25.  
 (E) 16h55.

20

Sabe-se que uma proposição Universal Afirmativa corresponde a “Todo X é Y”, ou seja, afirma que o conjunto “X” está contido em “Y”, que todo e qualquer elemento de “X” é também elemento de “Y”. Sabe-se, ainda, que uma proposição Particular Negativa corresponde a “Algum X não é Y”, ou seja, afirma que o conjunto “X” tem pelo menos um elemento que não pertence ao conjunto “Y”. Então, se não é verdade que “todos os paranaenses torcem no futebol para o Corinthians”, é correto concluir que

- (A) nenhum paranaense é corinthiano.  
 (B) algum paranaense não é corinthiano.  
 (C) todos os corinthianos são paranaenses.  
 (D) o conjunto dos corinthianos contém o conjunto dos paranaenses.  
 (E) o conjunto dos paranaenses contém o conjunto dos corinthianos.

## Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões de 21 a 35.

### Os impactos ambientais da computação

*Intensivo em uso de energia e água, o setor responde por 1,7% das emissões de carbono na atmosfera; uma nova área de pesquisa surge para lidar com o problema*

Parte essencial da vida moderna, a computação está em todos os lugares. É difícil imaginar o cotidiano sem os recursos do mundo digital, como internet, redes sociais, *streaming* de vídeo, programas de inteligência artificial e os mais variados aplicativos. Governos, organizações e empresas de diversos setores dependem cada vez mais das tecnologias da informação e comunicação (TIC). O crescente aumento da demanda computacional, contudo, gera impactos no meio ambiente. Estima-se que entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo se destine à infraestrutura de TI e comunicações em geral e ao seu uso. A Agência Internacional de Energia (IEA) alerta para uma tendência de forte aumento nessa demanda. O gasto energético de *data centers*, instalações com robusto poder de armazenamento e processamento de dados, e dos setores de inteligência artificial (IA) e criptomoedas, segundo a entidade, poderá dobrar no mundo em 2026 em relação a 2022, quando foi de 460 terawatts-hora (TWh) – naquele mesmo ano, o Brasil consumiu 508 TWh de energia elétrica.

“O uso de energia é inerente à computação”, constata a cientista da computação Sarajane Marques Peres, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e pesquisadora do Centro de Inteligência Artificial C4AI, financiado por FAPESP e IBM. [...]

“Todas as nossas atividades digitais, como navegar na internet, acessar redes sociais, participar de videoconferências e enviar fotos para os amigos, têm, em última instância, efeitos sobre o ambiente”, aponta a cientista da computação Thais Batista, presidente da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e professora do Departamento de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A energia destinada aos *data centers* é usada não apenas para a operação dos servidores, mas também para manter em funcionamento seu sistema de refrigeração. “Por trabalharem sem parar em processamento numérico, os computadores aquecem, emitem calor e precisam ser resfriados e mantidos em uma temperatura razoavelmente baixa”, ressalta o cientista da computação Marcelo Finger, do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP. “A depender da matriz que produz essa energia, haverá mais ou menos efeitos nocivos no ambiente”, afirma Peres, referindo-se à emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) quando são queimados combustíveis fósseis para a obtenção da energia elétrica utilizada.

Google, Microsoft, Apple, Amazon e outras grandes multinacionais de tecnologia, as chamadas *big techs*, comprometeram-se a zerar suas emissões de carbono até 2030 – segundo especialistas ouvidos pela reportagem, não há indícios de que esse objetivo possa ser atingido. Em 2023, último ano com dados disponíveis, as emissões dessas companhias cresceram principalmente por causa dos sistemas de inteligência artificial, que demandam grande poder de processamento – e, portanto, elevada carga energética – para serem treinados e funcionar.

O aumento do consumo de energia e da emissão de carbono não é o único fator que preocupa. O uso intensivo de água por *data centers* para manter em operação seus sistemas de refrigeração, bem como a emissão de calor no ambiente, também acendem um sinal de alerta. “O consumo hídrico é uma preocupação mais recente, visto que a maioria dos grandes *data centers* usa refrigeração líquida para seus equipamentos de grande porte”, ressalta o bacharel em computação científica Álvaro Luiz Fazenda, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), *campus* de São José dos Campos. Uma das soluções é usar fontes de água não potável para realizar os processos de resfriamento.

A exploração muitas vezes insustentável de elementos terras-raras e outros minerais, como silício, cobre e lítio, usados para a produção de discos rígidos, chips e baterias, e o descarte de computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos que rapidamente se tornam obsoletos, também elevam a pressão da computação sobre os ecossistemas. [...]

Buscando enfrentar o problema, uma nova área de estudos, conhecida como computação verde ou sustentável, tem ganhado força no Brasil e no mundo.

“Ela se refere ao conjunto de práticas, técnicas e procedimentos aplicados à fabricação, ao uso e ao descarte de sistemas computacionais com a finalidade de minimizar seu impacto ambiental”, explica o pesquisador da UFABC.

A fim de alcançar esse objetivo, várias práticas têm sido propostas, como elevar a eficiência energética de hardwares e softwares, permitindo que realizem as mesmas operações consumindo menos energia. Projetar sistemas mais duradouros, reparáveis e recicláveis, que reduzam a geração de lixo eletrônico, é outra abordagem, assim como priorizar o emprego de materiais sustentáveis na produção e operação de dispositivos computacionais e o uso de energias renováveis em *data centers*. [...]

Reduzir o gasto energético dos sistemas de inteligência artificial foi o que tentaram fazer os pesquisadores da startup chinesa DeepSeek. O chatbot DeepSeek-V3, lançado no fim de janeiro, causou surpresa ao apresentar desempenho comparável ao dos modelos da OpenAI e do Google, mas com custo substancialmente menor.

“O DeepSeek é um exemplo de que é possível desenvolver IA de boa qualidade usando menos recursos computacionais e energia”, ressalta o cientista da computação Daniel de Angelis Cordeiro, da EACH-USP. “Investir em pesquisa de algoritmos mais eficientes e em melhorias na gestão dos recursos computacionais usados nas etapas de treinamento e inferência pode contribuir para a criação de uma IA mais sustentável.” [...]

Adaptado de: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-impactos-ambientais-da-computacao/> Acesso em: 15 mar. 2025.

## 21

**De acordo com a leitura e a compreensão do texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os *data centers* consomem grande quantidade de água devido à refrigeração dos sistemas e também à produção de baterias de lítio.
- (B) Além do consumo de energia e de água e da emissão de carbono, a exploração não sustentável de minerais e o descarte recorrente de lixo eletrônico também são fatores que contribuem para a degradação ambiental.
- (C) O texto refere que houve uma equivalência plena entre os TWh consumidos, em 2022, pelos *data centers* e pelos sistemas de inteligência artificial e criptomoedas com os consumidos pelo Brasil no mesmo ano.
- (D) As atividades digitais, citadas no texto, que podem causar impacto ambiental são: a utilização de aplicativos variados, o acesso a redes sociais, a participação em videoconferências e o uso de jogos online.
- (E) Uma das soluções propostas para reduzir o impacto ambiental dos *data centers* em relação ao consumo de água relaciona-se à redução do número de servidores com sistema de resfriamento em operação.

## 22

**Em relação aos impactos ambientais da computação apresentados no texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) De acordo com a cientista Sarajane Peres, o que determina o nível de efeitos nocivos da computação no meio ambiente é o tipo de sistema operacional utilizado.
- (B) Um dos principais compromissos assumidos pelas *big techs*, em relação à preservação do meio ambiente, foi desenvolver estratégias que visem à redução do gasto energético dos sistemas de inteligência artificial, como fez a startup DeepSeek.
- (C) A “computação verde ou sustentável” corresponde a um conjunto de práticas para minimizar o impacto ambiental da computação, uma evidência de que o compromisso assumido pelas *big techs* em relação ao meio ambiente vem se cumprindo.
- (D) Como parte da chamada “computação verde ou sustentável” incluem-se ações voltadas ao aumento da eficiência energética e ao uso de sistemas mais duradouros e recicláveis, de materiais sustentáveis e de energias renováveis.
- (E) Um dos exemplos, mencionados no texto, de como reduzir os danos ambientais relacionados às inteligências artificiais refere-se ao desenvolvimento de sistemas algorítmicos de baixa complexidade.

## 23

**Dentre as expressões destacadas nas alternativas, a que exerce a mesma função sintática do segmento sublinhado em “[...] uma nova área de pesquisa surge para lidar com o problema” é**

- (A) “Governos, organizações e empresas de diversos setores dependem cada vez mais das tecnologias da informação e comunicação [...]”.
- (B) “O gasto energético de *data centers*, instalações com robusto poder de armazenamento e processamento de dados [...]”.
- (C) “Em 2023, último ano com dados disponíveis, as emissões dessas companhias cresceram [...]”.
- (D) “[...] desempenho comparável ao dos modelos da OpenAI e do Google, mas com custo substancialmente menor.”.
- (E) “[...] é possível desenvolver IA de boa qualidade usando menos recursos computacionais e energia.”.

24

Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, uma classificação correta para a palavra “se” destacada.

- (A) “Estima-se que entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo [...]” (partícula apassivadora).
- (B) “[...] entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo se destine à infraestrutura de TI e comunicações em geral e ao seu uso.” (partícula integrante do verbo).
- (C) “[...] afirma Peres, referindo-se à emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) [...]” (pronomex reflexivo).
- (D) “Google, Microsoft, Apple, Amazon e outras grandes multinacionais de tecnologia, as chamadas *big techs*, comprometeram-se a zerar suas emissões de carbono até 2030.” (partícula expletiva).
- (E) “[...] o descarte de computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos que rapidamente se tornam obsoletos [...]” (índice de indeterminação do sujeito).

25

A conjunção destacada em “O crescente aumento da demanda computacional, contudo, gera impactos no meio ambiente.” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, pelas seguintes expressões, EXCETO por

- (A) não obstante.
- (B) entretanto.
- (C) destarte.
- (D) todavia.
- (E) porém.

26

Tendo em vista as regras de uso do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo se destine à infraestrutura de TI [...]”, a crase ocorre em razão de a expressão “à infraestrutura de TI” corresponder a uma locução adverbial locativa formada por palavra feminina.
- (B) Em “[...] entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo se destine à infraestrutura de TI e comunicações em geral e ao seu uso.”, caso o autor optasse pelo uso de “a”, em vez do “ao” em destaque, ocorreria crase.
- (C) Em “O uso de energia é inerente à computação.”, ocorre crase no “a” destacado em razão da junção do “a” preposição, que rege o substantivo “inerente”, com o “a” artigo definido, determinante do substantivo feminino “computação”.
- (D) Em “[...] afirma Peres, referindo-se à emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) [...]”, o acento indicativo de crase tem uso facultativo.
- (E) Em “[...] conjunto de práticas, técnicas e procedimentos aplicados à fabricação, ao uso e ao descarte de sistemas computacionais [...]”, a crase ocorre devido à fusão do “a” preposição, exigido por “aplicados”, com o “a” artigo definido, que acompanha o substantivo feminino “fabricação”.

27

Assinale a alternativa em que o trecho NÃO apresenta algum elemento utilizado em sentido conotativo.

- (A) “[...] instalações com robusto poder de armazenamento e processamento de dados [...]”.
- (B) “Por trabalharem sem parar em processamento numérico, os computadores aquecem [...]”.
- (C) “[...] bem como a emissão de calor no ambiente, também acendem um sinal de alerta.”.
- (D) “[...] conhecida como computação verde ou sustentável, tem ganhado força no Brasil e no mundo.”.
- (E) “[...] ao uso e ao descarte de sistemas computacionais com a finalidade de minimizar seu impacto ambiental [...]”.

28

Assinale a alternativa cujo sentido – apresentado entre parênteses – está correto em relação à expressão destacada.

- (A) “A energia destinada aos *data centers* é usada não apenas para a operação dos servidores, mas também para manter em funcionamento seu sistema de refrigeração.” (oposição).
- (B) “[...] afirma Peres, referindo-se à emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) quando são queimados combustíveis fósseis para a obtenção da energia elétrica utilizada.” (proporção).
- (C) “[...] dos sistemas de inteligência artificial, que demandam grande poder de processamento – e, portanto, elevada carga energética – para serem treinados e funcionar.” (causa).
- (D) “O consumo hídrico é uma preocupação mais recente, visto que a maioria dos grandes *data centers* usa refrigeração líquida para seus equipamentos de grande porte.” (consequência).
- (E) “Projetar sistemas mais duradouros, reparáveis e recicláveis [...] é outra abordagem, assim como priorizar o emprego de materiais sustentáveis [...]” (adição).

29

Considerando as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Em “O gasto energético de *data centers* [...] poderá dobrar no mundo em 2026 [...]”, o termo destacado acentua-se por ser uma oxítona terminada em “a”.
- II. Em “[...] elementos terras-raras e outros minerais, como silício, cobre e lítio [...]”, os termos destacados acentuam-se por razões distintas.
- III. No trecho “[...] conjunto de práticas, técnicas e procedimentos aplicados à fabricação [...]”, os termos destacados correspondem a paroxítonas terminadas em “s”, por isso são acentuados.
- IV. No trecho “[...] várias práticas têm sido propostas, como elevar a eficiência energética de hardwares e softwares [...]”, os termos em destaque acentuam-se pela mesma razão.

- (A) Apenas I e III.  
(B) Apenas I.  
(C) Apenas I, II e III.  
(D) Apenas II e IV.  
(E) Apenas III e IV.

30

Tendo em vista as regras de colocação pronominal da língua portuguesa, assinale a alternativa em que a reescrita proposta mantém-se condizente com a norma-padrão.

- (A) “Estima-se que entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo [...]”  
“Se estima que entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo [...]”.
- (B) “[...] entre 5% e 9% da energia elétrica consumida no mundo se destine à infraestrutura de TI [...]”.  
“[...] entre 5% e 9% da energia elétrica consumida, no mundo, destine-se à infraestrutura de TI [...]”.
- (C) “[...] afirma Peres, referindo-se à emissão de dióxido de carbono [...]”.  
“[...] afirma Peres, se referindo à emissão de dióxido de carbono [...]”.
- (D) “[...] as chamadas big techs, comprometeram-se a zerar suas emissões de carbono até 2030 [...]”.  
“[...] as chamadas big techs, se comprometeram a zerar suas emissões de carbono até 2030 [...]”.
- (E) “[...] computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos que rapidamente se tornam obsoletos [...]”.  
“[...] computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos que rapidamente tornam-se obsoletos [...]”.

31

Analise os excertos que seguem:

- I. “[...] não há indícios de que esse objetivo possa ser atingido.”.
- II. “[...] a maioria dos grandes data centers usa refrigeração líquida para seus equipamentos de grande porte [...]”.

Levando em conta a análise dos elementos linguísticos destacados em tais excertos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Em I, caso se substituísse o verbo destacado, que se encontra no singular, pelo equivalente “existir”, a versão gramaticalmente correta seria “não existe indícios de que esse objetivo possa ser atingido.”.
- ( ) Ainda em I, o pronome destacado poderia ser substituído por “este” sem haver prejuízo gramatical.
- ( ) Em II, o verbo “usar” poderia ser empregado no plural, sem prejuízo gramatical.
- ( ) Também em II, os termos “seus” e “de” pertencem à mesma classe de palavras.

- (A) F – V – V – F.  
 (B) F – F – V – V.  
 (C) F – F – V – F.  
 (D) V – V – F – F.  
 (E) V – F – F – V.

32

Considerando elementos fonéticos e fonológicos de determinados trechos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] programas de inteligência artificial e os mais variados aplicativos.”, os sons iniciais das palavras em destaque contribuem para a fluidez da pronúncia, em razão da presença de três dígrafos: dois no primeiro e um no segundo termo em análise.
- (B) Em “O consumo hídrico é uma preocupação mais recente [...]”, a sequência de letras do termo em destaque corresponde diretamente à forma como a palavra é pronunciada.
- (C) Em “[...] ressalta o bacharel em computação científica Álvaro Luiz Fazenda [...]”, o som das consoantes presentes nos termos em destaque são mantidos na fala, sem supressão ou acréscimo de fonemas.
- (D) Em “[...] ao apresentar desempenho comparável ao dos modelos da OpenAI [...]”, tanto o primeiro quanto o segundo termo destacados dispõem de 10 letras, porém divergem quanto ao número de fonemas que cada um apresenta.
- (E) Em “[...] pode contribuir para a criação de uma IA mais sustentável.”, cada uma das palavras destacadas apresenta um encontro consonantal e um ditongo nasal em sua respectiva estrutura.

33

Assinale a alternativa na qual o termo destacado NÃO está inserindo sentido de finalidade ao período em que se encontra.

- (A) “[...] uma nova área de pesquisa surge para lidar com o problema”.
- (B) “[...] navegar na internet, acessar redes sociais, participar de videoconferências e enviar fotos para os amigos [...]”.
- (C) “A energia [...] é usada não apenas para a operação dos servidores, mas também para manter em funcionamento seu sistema de refrigeração.”.
- (D) “A energia [...] é usada não apenas para a operação dos servidores, mas também para manter em funcionamento seu sistema de refrigeração.”.
- (E) “[...] quando são queimados combustíveis fósseis para a obtenção da energia elétrica utilizada.”.

**34**

Assinale a alternativa em que a(s) vírgula(s) tenha(m) sido empregada(s) pela mesma razão que em “Por trabalharem sem parar em processamento numérico, os computadores aquecem [...]”.

- (A) “[...] como internet, redes sociais, *streaming* de vídeo, programas de inteligência artificial e os mais variados aplicativos.”.
- (B) “[...] e outras grandes multinacionais de tecnologia, as chamadas *big techs*, comprometeram-se a zerar suas emissões de carbono até 2030 [...]”.
- (C) “Em 2023, [...] as emissões dessas companhias cresceram principalmente por causa dos sistemas de inteligência artificial [...]”.
- (D) “[...] e, portanto, elevada carga energética – para serem treinados e funcionar.”
- (E) “[...] desempenho comparável ao dos modelos da OpenAI e do Google, mas com custo substancialmente menor.”.

**35**

Assinale a alternativa em que o termo em destaque NÃO pertence à mesma classe de palavras a que pertence o conectivo destacado em “A depender da matriz que produz essa energia [...]”.

- (A) “[...] por causa dos sistemas de inteligência artificial, que demandam grande poder de processamento [...]”.
- (B) “O aumento do consumo de energia e da emissão de carbono não é o único fator que preocupa.”.
- (C) “[...] e o descarte de computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos que rapidamente se tornam obsoletos [...]”.
- (D) “[...] permitindo que realizem as mesmas operações consumindo menos energia.”.
- (E) “Projetar sistemas mais duradouros, reparáveis e recicláveis, que reduzam a geração de lixo eletrônico [...]”.

**36**

Considerando os aspectos gerais da Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a obtenção de clareza em um texto, sugere-se o emprego de frases curtas, bem estruturadas, com apresentação de orações na ordem indireta e com uso frequente de intercalações.
- (B) A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente humana e pessoal.
- (C) Em relação ao uso dos pronomes de tratamento para se referir a autoridades, usa-se “Vossa Excelência” – tanto no endereçamento quanto no corpo do texto – para se dirigir desde ao Presidente da República até aos oficiais de postos militares diversos.
- (D) O Novo Acordo Ortográfico tornou opcional o uso de iniciais maiúsculas em palavras usadas reverencialmente, por exemplo, para cargos e títulos, pode-se escrever “Vice-Presidente” ou “Vice-presidente”.
- (E) Em se tratando de vocativo, em comunicações oficiais, está abolido o uso de “Digníssimo” (DD) e de “Ilustríssimo” (Ilmo.). Deve-se também evitar o uso de “doutor” indiscriminadamente. O tratamento por meio de “Senhor” confere a formalidade desejada.

**Leia o texto a seguir para responder às questões de 37 a 49.**

### **Burnout: equilíbrio entre vida profissional e pessoal é essencial contra esgotamento**

*Especialistas destacam como encontrar o equilíbrio no mundo atual é fundamental para evitar o esgotamento mental*

Victória Anhesini

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu e classificou a síndrome do burnout como uma doença ocupacional em 2022, mas, antes disso, uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), em 2021, já mostrava que um a cada quatro brasileiros estava sofrendo dessa condição. [...]

Não conseguir ter equilíbrio entre vida pessoal e profissional é uma das principais causas que levam ao burnout. Segundo Larissa Fonseca, psicóloga clínica e especialista na doença, é mais complexo alcançar esse patamar quando todos estão hiperconectados, sempre prontos para atender às necessidades de colegas, líderes e clientes. [...]

No Panorama do Bem-Estar Corporativo 2025, estudo desenvolvido pela Wellhub, 47% dos colaboradores que responderam a pesquisa afirmam que o estresse no trabalho impacta negativamente seu bem-estar mental, e 96% dos trabalhadores relatam algum nível de estresse durante o expediente. Luciana Benedetto, psicóloga especialista em neuropsicologia e bem-estar da BurnUp, reforça que o desequilíbrio decorre de pressões como metas inatingíveis e longas jornadas. [...]

Larissa explica que, quando não há limites claros que delimitam o pessoal e o profissional, “ocorre uma sobrecarga emocional e física, que mantém o corpo em estado constante de alerta, elevando níveis de cortisol. Isso leva ao esgotamento característico do burnout”. [...]

#### **Estratégias de prevenção**

Criar limites saudáveis entre trabalho e vida pessoal é imprescindível para evitar o burnout, apesar de que a prática tende a ser mais difícil que a teoria. [...] Outra parte importante é desenvolver práticas de autocuidado, como atividade física, meditação e hobbies. “Criar rituais de desconexão ao final do dia e evitar responder mensagens fora do expediente são passos simples, mas poderosos”, destacou Luciana. [...]

#### **O papel das empresas no equilíbrio**

As empresas possuem um grande papel para que haja esse equilíbrio. Afinal, segundo os dados da Wellhub, 82% dos colaboradores brasileiros acreditam que a empresa tem a responsabilidade de ajudar a cuidar do bem-estar. Além disso, 92% dos entrevistados disseram que o bem-estar no trabalho é tão importante quanto o salário, ou seja, não existe mais espaço para sacrificar o bem-estar.

“As empresas devem criar uma cultura que valorize a saúde mental, ofertando ações afirmativas como respeito aos limites de horários e suporte psicológico”, afirmou Larissa.

Luciana acrescenta que ter políticas como trabalho remoto e jornadas flexíveis permitem maior autonomia dos colaboradores, e que “ajudam os profissionais a equilibrar melhor suas responsabilidades pessoais e profissionais”. Ela ressalta, porém, que é necessário garantir que não haja sobrecarga ou invasão de espaço pessoal.

“Essas práticas ajudam os profissionais a equilibrar melhor suas responsabilidades pessoais e profissionais, desde que acompanhadas por orientações claras para evitar excessos”.

A neuropsicóloga acredita que ter um aliado corporativo [...] ajuda a desenvolver um plano que melhore o bem-estar dos colaboradores, já que toda a estratégia é baseada em conteúdo qualificado e pesquisas.

#### **Quando buscar ajuda profissional**

Reconhecer a hora de procurar apoio é um passo essencial na prevenção e tratamento do burnout. “Quando a sensação de exaustão não melhora, mesmo após tentativas de descanso, é hora de buscar um psicólogo ou outro profissional de saúde mental”, recomendou Larissa. [...]

#### **Conscientização**

A pandemia trouxe à tona a importância da saúde mental no trabalho, e as duas especialistas enxergam que existe um movimento crescente de conscientização.

Segundo os dados da Wellhub, os níveis globais de saúde mental caíram drasticamente durante a pandemia de Covid-19 e ainda não se recuperaram. [...]

Por isso, a conscientização se torna um passo tão importante para evitar a síndrome do burnout ou outras condições psicológicas, assim como os planos de ação, sejam eles por meio de benefícios aos colaboradores ou por outros meios. [...]

Adaptado de: <https://www.infomoney.com.br/saude/burnout-equilibrio-entre-vida-profissional-e-pessoal-e-essencial-contra-esgotamento/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

37

**Considerando a leitura e a compreensão do texto, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Entre os fatores destacados no texto que dificultam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional na era atual, estão: excesso de conectividade e disponibilidade constante.
- (B) São estratégias citadas no texto como forma de prevenir o burnout: criar rituais de desconexão ao final do dia; evitar responder mensagens fora do expediente; trabalhar com foco para cumprir metas, entre outras.
- (C) Segundo o texto, há uma contradição implícita nas estratégias de prevenção ao burnout: a teoria sobre limites saudáveis é simples, mas a prática é difícil.
- (D) O texto apresenta uma ressalva no que se refere ao trabalho remoto e flexível, uma vez que tal prática pode aumentar a autonomia, mas exige orientações para evitar sobrecarga e invasão de privacidade.
- (E) O papel das empresas na prevenção do burnout, segundo o texto, é a criação de iniciativas que priorizem a saúde mental, obedeçam a horários de trabalho, sem hipercarga, e forneçam apoio psicológico.

38

**Assinale a alternativa em que a sentença destacada tem valor semântico de concessão.**

- (A) “Especialistas destacam como encontrar o equilíbrio no mundo atual é fundamental para evitar o esgotamento mental”.
- (B) “[...] 47% dos colaboradores que responderam a pesquisa afirmam que o estresse no trabalho impacta negativamente seu bem-estar mental [...]”.
- (C) “Criar limites saudáveis entre trabalho e vida pessoal é imprescindível para evitar o burnout, apesar de que a prática tende a ser mais difícil que a teoria.”.
- (D) “[...] ajuda a desenvolver um plano que melhore o bem-estar dos colaboradores, já que toda a estratégia é baseada em conteúdo qualificado e pesquisas.”.
- (E) “‘Quando a sensação de exaustão não melhora, mesmo após tentativas de descanso, é hora de buscar um psicólogo ou outro profissional de saúde mental’ [...]”.

39

**O elemento da comunicação predominante no texto é**

- (A) o código, ou seja, a língua portuguesa, uma vez que o texto, de modo metalinguístico, explica, por exemplo, termos como “burnout” e “cortisol” e exemplifica subtemas como “práticas de autocuidado”.
- (B) o referente, isto é, o assunto concreto que está sendo tratado, nesse caso, a síndrome de burnout, visto que o objetivo central do texto é informar o leitor, de modo amplo e objetivo, a respeito de tal síndrome.
- (C) o emissor, ou seja, a autora do texto, já que ela estrutura o artigo de modo expressivo, ressaltando a atual preocupação em torno do esgotamento oriundo do burnout: “não existe mais espaço para sacrificar o bem-estar”.
- (D) o receptor, isto é, o leitor do texto, pois o artigo busca convencer quem está lendo da importância de se procurar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, incentivando ações como “buscar ajuda profissional”, por exemplo.
- (E) a mensagem, ou seja, o conteúdo subjetivo que o texto transmite, ao fazer uso de expressões de conteúdo figurativo, como “hiperconectados” e “estado de alerta”, a fim de chamar a atenção para as causas do burnout.

40

Observe os excertos que seguem.

- I. “[...] 47% dos colaboradores que responderam a pesquisa afirmam [...]”.
- II. “[...] quando não há limites claros que delimitam o pessoal e o profissional [...]”.
- III. “[...] ocorre uma sobrecarga emocional e física, que mantém o corpo em estado constante de alerta [...]”.
- IV. “As empresas devem criar uma cultura que valorize a saúde mental, [...]”.
- V. “[...] ajuda a desenvolver um plano que melhora o bem-estar dos colaboradores [...]”.

Nesses excertos, os pronomes em negrito referem-se, respectivamente, a:

- (A) colaboradores; limites claros; emocional e física; uma cultura; plano.
- (B) colaboradores; limites; uma sobrecarga emocional e física; cultura; um plano.
- (C) 47% dos colaboradores; limites; uma sobrecarga; empresas; um plano.
- (D) 47% dos colaboradores; limites claros; uma sobrecarga; as empresas; plano.
- (E) 47% dos colaboradores; limites claros; uma sobrecarga emocional e física; uma cultura; um plano.

41

Assinale a alternativa em que a substituição proposta entre parênteses – para a expressão destacada – pode ser realizada, sem que haja, com isso, alteração de sentido.

- (A) “Criar rituais de desconexão ao final do dia e evitar responder mensagens fora do expediente são passos simples, mas poderosos’ [...]” (ademais).
- (B) “Além disso, 92% dos entrevistados disseram que o bem-estar no trabalho é tão importante quanto o salário [...]” (Destarte).
- (C) “Ela ressalta, porém, que é necessário garantir que não haja sobrecarga ou invasão de espaço pessoal.” (portanto).
- (D) “Essas práticas ajudam os profissionais a equilibrar melhor suas responsabilidades pessoais e profissionais, desde que acompanhadas por orientações claras para evitar excessos.” (contanto que).
- (E) “Por isso, a conscientização se torna um passo tão importante para evitar a síndrome do burnout ou outras condições psicológicas [...]” (Outrossim).

42

Considerando a análise de determinados elementos linguísticos do texto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. No título, o travessão poderia substituir, sem prejuízo gramatical ou de sentido, os dois-pontos: “Burnout – equilíbrio entre vida profissional e pessoal é essencial contra esgotamento”.
- II. Em “Segundo Larissa Fonseca, psicóloga clínica e especialista na doença, é mais complexo alcançar esse patamar quando todos estão hiperconectados [...]”, os termos grifados desempenham a mesma função sintática.
- III. Em “[...] 47% dos colaboradores que responderam a pesquisa afirmam que o estresse no trabalho impacta negativamente seu bem-estar mental [...]”, o pronome “seu” faz referência ao sujeito das duas primeiras orações desse trecho.
- IV. No trecho “[...] 96% dos trabalhadores relatam algum nível de estresse [...]”, caso o trecho destacado fosse substituído por “da população”, o verbo se manteria no plural para concordar com a expressão numérica “96%”.
- V. Nos trechos “[...] ajudam os profissionais a equilibrar melhor suas responsabilidades [...]” e “A pandemia trouxe à tona a importância da saúde mental [...]”, as expressões destacadas correspondem a modificadores verbais de modo, ainda que “à tona” traga uma imagem metafórica de “superfície”.

- (A) Apenas I, IV e V.
- (B) Apenas I, III e V.
- (C) Apenas I, II, III.
- (D) Apenas III e V.
- (E) Apenas II e IV.

43

Dentre as expressões destacadas nas alternativas, qual exerce a mesma função sintática do segmento sublinhado em “[...] quando não há limites claros que delimitam o pessoal e o profissional [...]”?

- (A) “[...] o desequilíbrio decorre de pressões como metas inatingíveis [...]”.
- (B) “[...] ocorre uma sobrecarga emocional e física [...]”.
- (C) “[...] é imprescindível para evitar o burnout [...]”.
- (D) “[...] é hora de buscar um psicólogo ou outro profissional de saúde mental”, recomendou Larissa”.
- (E) “[...] existe um movimento crescente de conscientização [...]”.

44

Considerando o uso adequado da vírgula, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), em 2021, já mostrava [...]”, as vírgulas têm uso facultativo, devido à posição da expressão destacada, isto é, meio da sentença; caso tal expressão fosse deslocada à esquerda – início da oração –, as vírgulas seriam obrigatórias.
- (B) No trecho: “[...] sempre prontos para atender às necessidades de colegas, líderes e clientes.”, as vírgulas têm função enumerativa-afirmativa, isto é, enumeram e explicam um dado, nesse caso, explicam de quem são as necessidades.
- (C) No trecho: “[...] ocorre uma sobrecarga emocional e física, que mantém o corpo em estado constante de alerta, [...]”, as vírgulas isolam uma oração adjetiva cuja função é atribuir uma característica restritiva de sentido ao termo antecedente, nesse caso, à expressão “sobrecarga emocional e física”.
- (D) Em “[...] o bem-estar no trabalho é tão importante quanto o salário, ou seja, não existe mais espaço para sacrificar o bem-estar.”, as vírgulas empregadas isolam uma expressão explicativa, a qual esclarece o conteúdo da sentença anterior.
- (E) Em “A pandemia trouxe à tona a importância da saúde mental no trabalho, e as duas especialistas enxergam que existe um movimento crescente de conscientização.”, o uso da vírgula é facultativo, devido ao emprego da conjunção “e”.

45

Analise o seguinte excerto:

“[...] afirmam que o estresse no trabalho impacta negativamente seu bem-estar mental.”.

Assinale a alternativa em que os termos destacados tenham se formado, respectivamente, pelos mesmos processos de formação de palavras que aqueles dos termos destacados no excerto apresentado.

- (A) “Não conseguir ter equilíbrio entre vida pessoal e profissional [...]; é mais complexo alcançar esse patamar quando todos estão hiperconectados [...]”.
- (B) “Luciana Benedetto, psicóloga especialista em neuropsicologia e bem-estar da BurnUp [...]”.
- (C) “[...] reforça que o desequilíbrio decorre de pressões como metas inatingíveis e longas jornadas.”.
- (D) “Outra parte importante é desenvolver práticas de autocuidado, como atividade física, meditação e hobbies.”.
- (E) “Criar rituais de desconexão ao final do dia e evitar responder mensagens fora do expediente são passos simples, mas poderosos”.

46

Assinale a alternativa em que a palavra “como” NÃO tenha função exemplificativa.

- (A) “Especialistas destacam como encontrar o equilíbrio no mundo atual é fundamental para evitar o esgotamento mental”.
- (B) “[...] o desequilíbrio decorre de pressões como metas inatingíveis e longas jornadas.”.
- (C) “Outra parte importante é desenvolver práticas de autocuidado, como atividade física, meditação e hobbies.”.
- (D) “As empresas devem criar uma cultura que valorize a saúde mental, ofertando ações afirmativas como respeito aos limites de horários e suporte psicológico [...]”.
- (E) “[...] ter políticas como trabalho remoto e jornadas flexíveis permitem maior autonomia dos colaboradores [...]”.

47

Assinale a alternativa cujo verbo destacado desempenha, na construção do sentido, a mesma função tempo-modal que a forma verbal sublinhada em “As empresas devem criar uma cultura que valorize a saúde mental [...]”.

- (A) “A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu e classificou a síndrome do burnout como uma doença ocupacional em 2022 [...]”.
- (B) “[...] uma pesquisa [...], em 2021, já mostrava que um a cada quatro brasileiros estava sofrendo dessa condição.”.
- (C) “[...] quando não há limites claros que delimitam o pessoal e o profissional [...]”.
- (D) “Ela ressalta, porém, que é necessário garantir que não haja sobrecarga ou invasão de espaço pessoal [...]”.
- (E) “Ela ressalta, porém, que é necessário garantir que não haja sobrecarga ou invasão de espaço pessoal [...]”.

48

Assinale a alternativa em que os termos destacados são acentuados pelo mesmo motivo.

- (A) “[...] ocorre uma sobrecarga emocional e física, que mantém o corpo em estado constante de alerta [...]”.
- (B) “[...] apesar de que a prática tende a ser mais difícil que a teoria.”.
- (C) “Ela ressalta, porém, que é necessário garantir que não haja sobrecarga ou invasão de espaço pessoal.”.
- (D) “[...] já que toda a estratégia é baseada em conteúdo qualificado e pesquisas.”.
- (E) “[...] os níveis globais de saúde mental caíram drasticamente durante a pandemia de Covid-19 [...]”.

49

Assinale a alternativa na qual se encontra, em destaque, um verbo cuja regência também poderia ser realizada pela preposição “a”, em um uso mais formal e de acordo com a norma-padrão.

- (A) “[...] 47% dos colaboradores que responderam a pesquisa afirmam [...]”.
- (B) “[...] quando não há limites claros que delimitam o pessoal e o profissional [...]”.
- (C) “[...] ocorre uma sobrecarga emocional e física [...]”.
- (D) “As empresas possuem um grande papel para que haja esse equilíbrio.”.
- (E) “As empresas devem criar uma cultura que valorize a saúde mental [...]”.

50

Tendo em vista aspectos gerais da Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- (A) A concisão consiste em esquivar-se da prolixidade e conseguir transmitir as informações usando o mínimo possível de palavras, isto é, priorizar a economia de pensamento e de passagens substanciais do conteúdo que se deseja comunicar.
- (B) Os atos oficiais (atos de caráter normativo) ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos e entidades públicos, o que só é alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada.
- (C) As comunicações administrativas, em geral, apresentam formalidade, em especial, em se tratando de eventuais documentos impressos; para o caso de comunicações feitas em meio eletrônico, há certa flexibilidade quanto ao rigor formal, próprio do suporte textual em questão.
- (D) A língua culta é contra a pobreza de expressão; o uso do padrão culto, portanto, significa empregar a língua de modo rebuscado e com o emprego de figuras de linguagem características do estilo formal.
- (E) No texto oficial, para se dirigir tanto ao Presidente da República quanto ao Vice-Presidente são utilizados os mesmos pronomes: “Excelentíssimo Senhor” (vocativo) e “Vossa Excelência” (tratamento no corpo do texto).

## Conhecimentos Específicos

51

De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, hierarquia, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) impessoalidade, supremacia do interesse público, moralidade, publicidade e continuidade.
- (D) legalidade, impessoalidade, razoabilidade, publicidade e autotutela.
- (E) moralidade, legalidade, publicidade, economicidade e finalidade.

52

A respeito dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder regulamentar, ou normativo, permite à Administração Pública editar somente atos normativos derivados.
- (B) O poder hierárquico concede à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar e revisar atos de entes privados.
- (C) O poder de polícia consiste na atividade da Administração que limita o exercício de direitos individuais em prol do interesse público.
- (D) O abuso de poder é considerado válido se ocorrer em situações de emergência ou calamidade pública.
- (E) O poder disciplinar autoriza a Administração a legislar sobre matérias administrativas.

53

Paola, servidora pública federal, apresentou um requerimento administrativo para revisão de um ato que considerava lesivo a seus direitos. Após o indeferimento do pedido em primeira instância, Paola foi intimada da decisão e deseja apresentar recurso administrativo. Considerando o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta a respeito desse caso hipotético.

- (A) O prazo para interposição de recurso administrativo é de 30 dias, salvo disposição legal em contrário, e deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 10 dias.
- (B) Salvo previsão legal diversa, para recorrer, Paola deverá prestar caução.
- (C) Salvo disposição legal em contrário, o prazo para interposição de recurso administrativo é de 15 dias, a partir da ciência da decisão, e deverá ser dirigido à autoridade superior, responsável pela análise do recurso.
- (D) Salvo disposição legal em contrário, o recurso de Paola terá efeito suspensivo.
- (E) O prazo para interposição de recurso administrativo, salvo disposição legal específica, é de 15 dias e deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 5 dias.

54

A responsabilidade extracontratual do Estado corresponde à obrigação de reparar danos causados a terceiros em decorrência de comportamentos comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos, lícitos ou ilícitos, imputáveis aos agentes públicos. A respeito da responsabilidade extracontratual do Estado, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) A responsabilidade civil do Estado é, em regra, objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.
- ( ) Em regra, para a responsabilização do Estado, é suficiente a comprovação do dano e do nexo causal entre a conduta administrativa e o prejuízo sofrido.
- ( ) Não podem ser consideradas como causas excludentes da responsabilidade do Estado a força maior e a culpa exclusiva da vítima, devido à adoção da teoria do risco integral como regra pelo ordenamento jurídico pátrio.
- ( ) A teoria do risco integral é adotada pela Constituição Federal como regra geral para a responsabilidade civil do Estado.
- ( ) A responsabilidade objetiva do Estado não impede o direito de regresso contra o agente causador do dano, em caso de dolo ou culpa.

- (A) V – V – F – F – V.
- (B) V – F – V – V – F.
- (C) F – V – F – V – V.
- (D) V – V – V – F – F.
- (E) F – F – V – V – F.

55

A Lei nº 14.133/2021, que estabelece o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, apresenta diversas inovações importantes. A respeito dos aspectos gerais da referida lei, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória é uma fase opcional no processo de licitação, ou seja, sua omissão não invalida o procedimento licitatório.
- II. A Lei nº 14.133/2021 permite que a Administração Pública utilize a modalidade de licitação denominada “diálogo competitivo” em situações restritas, indicadas na legislação.
- III. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.
- IV. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança do proponente, na forma da lei.
- V. A nova lei permite que a modalidade “pregão” seja utilizada para qualquer contratação de bens e serviços, sendo vedada sua utilização para obras e quaisquer serviços de engenharia.

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas IV e V.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e V.

**56**

Julia é servidora pública de um município e, durante sua gestão em um órgão público municipal, foi responsável por contratar uma empresa para prestar serviços de limpeza nas unidades de saúde da cidade. Após a contratação, verificou-se que a empresa contratada não possuía a qualificação técnica exigida no edital e que parte dos pagamentos feitos pela Prefeitura não foram correspondidos com a devida prestação de serviços efetivos. Além disso, Julia não tomou as providências necessárias para fiscalizar a execução do contrato.

Após investigações, o Ministério Público constatou que Julia agiu dolosamente, para beneficiar financeiramente uma amiga de infância, razão pela qual ajuizou uma ação por improbidade administrativa em face de Julia, alegando que a servidora praticou atos que causaram danos ao erário e violaram princípios da Administração Pública.

A respeito desse caso hipotético, com base no que dispõe a Lei nº 8.429/1992, com suas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) Julia poderá ser responsabilizada apenas pela conduta omissiva, já que não tomou providências para fiscalizar a empresa contratada.
- (B) No caso de Julia, a improbidade administrativa não se aplica, pois os atos administrativos podem ser questionados por quem se sentir prejudicado, mas não pelo Ministério Público.
- (C) No caso em questão, o dolo é elemento fundamental para responsabilização de Julia, uma vez que o STF fixou tese de repercussão geral tornando necessário o dolo para caracterizar a improbidade administrativa.
- (D) Caso Julia comprove que não recebeu diretamente vantagem econômica com a contratação, não poderá ser condenada por ato de improbidade administrativa.
- (E) A responsabilidade de Julia se limita à restituição dos valores pagos irregularmente à empresa, não sendo possível a aplicação de outras sanções administrativas.

**57**

De acordo com a legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) A anulação de um ato administrativo ocorre quando o ato é inoportuno ou inconveniente, a critério da Administração Pública.
- (B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (C) A anulação de um ato administrativo ocorre quando o ato administrativo perde sua utilidade para o interesse público.
- (D) A anulação de um ato administrativo ocorre quando a Administração Pública deseja modificar seu conteúdo por razões de conveniência.
- (E) A anulação de um ato administrativo ocorre quando o ato administrativo não gera efeitos externos.

**58**

Em relação aos direitos e garantias fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao Ministério Público e à autoridade policial.
- (B) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, desde que sem fiança.
- (C) Haverá prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento involuntário e escusável de obrigação alimentícia.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (E) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

**59**

Miguel, servidor público municipal ocupante de cargo efetivo há 15 anos, foi surpreendido por uma reestruturação administrativa legítima e necessária, promovida pelo prefeito do município. Com base na nova legislação municipal, seu cargo foi extinto e, em razão da inexistência de cargo equivalente, Miguel foi colocado em disponibilidade remunerada. Inconformado, ele propôs ação judicial alegando que a administração municipal violou seus direitos constitucionais, sustentando que deveria ter sido aproveitado em outro cargo e que a nova legislação afronta a estabilidade dos servidores efetivos. Diante dessa situação hipotética e com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A extinção do cargo e a colocação de Miguel em disponibilidade remunerada são inconstitucionais, pois a estabilidade assegura a permanência no serviço público independentemente de reestruturações administrativas.
- (B) A administração municipal agiu corretamente ao colocar Miguel em disponibilidade, pois a Constituição Federal prevê essa possibilidade nos casos de extinção do cargo, garantindo ao servidor a remuneração proporcional ao tempo de serviço até seu eventual aproveitamento em outro cargo compatível.
- (C) Miguel tem direito à realocação imediata em outro cargo público, pois a Administração Pública não pode extinguir cargos ocupados por servidores estáveis sem previamente garantir seu aproveitamento.
- (D) A estabilidade dos servidores públicos efetivos impede a extinção de cargos públicos, salvo se houver decisão judicial transitada em julgado que declare a inconstitucionalidade da norma que criou o cargo ocupado.
- (E) A legislação municipal pode estabelecer critérios próprios para a extinção de cargos públicos, inclusive desligando servidores estáveis sem a necessidade de colocá-los em disponibilidade, desde que respeitados os princípios da moralidade e da eficiência administrativa.

**60**

O Ministério Público do Estado Alfa recebeu diversas denúncias sobre irregularidades na administração financeira de um dos municípios desse Estado. Diante das suspeitas, o Ministério Público instaurou um procedimento investigatório e requisitou informações ao prefeito e à Câmara Municipal do referido município. O prefeito, no entanto, recusou-se a prestar esclarecimentos, argumentando que a fiscalização das contas municipais cabe exclusivamente ao Tribunal de Contas e ao Poder Legislativo local. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) O prefeito agiu de forma incorreta, pois o Ministério Público tem legitimidade para requisitar informações e promover a responsabilidade dos gestores municipais por irregularidades na Administração Pública.
- (B) O Ministério Público não tem competência para atuar na fiscalização da gestão financeira municipal, sendo essa atribuição exclusiva da Câmara Municipal.
- (C) O Tribunal de Contas pode atuar na fiscalização das contas municipais, dependendo do pedido do prefeito ou da Câmara Municipal.
- (D) A fiscalização da gestão financeira municipal é competência exclusiva do Tribunal de Contas, não cabendo ao Ministério Público intervir nesse âmbito.
- (E) O prefeito pode se recusar a fornecer informações ao Ministério Público, pois sua atuação está restrita à esfera judicial e não administrativa.

**61**

Acerca do que dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre o Poder Judiciário, informe se é verdadeiro (V) ou falso o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) O Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação da maioria absoluta do Senado Federal.
- ( ) O Conselho Nacional de Justiça é composto por quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, e possui competência para o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- ( ) O Superior Tribunal de Justiça é responsável por uniformizar a interpretação da legislação infraconstitucional, cabendo-lhe, entre outras atribuições, julgar os mandados de segurança contra atos do Presidente da República.
- ( ) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- ( ) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

- (A) V – F – F – V – V.
- (B) F – V – V – F – F.
- (C) V – V – F – F – V.
- (D) V – F – V – V – F.
- (E) F – V – V – V – V.

**62**

Com base na Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Presidente da República

- (A) dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando implicar aumento de despesa ou criação ou extinção de órgãos públicos.
- (B) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, dispensado o referendo do Congresso Nacional.
- (C) nomear, após aprovação pela Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.
- (D) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam indefinidamente.
- (E) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

**63**

**A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e suas alterações, assinale a alternativa correta.**

- (A) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pode ser proposta por cidadão, desde que tenha interesse legítimo na declaração de inconstitucionalidade de normas infraconstitucionais.
- (B) O controle concentrado de constitucionalidade é exercido por todos os órgãos judiciários, que podem declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo em um caso concreto.
- (C) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é uma ferramenta destinada a questionar a constitucionalidade de normas infraconstitucionais que violam preceitos fundamentais da Constituição, sendo de competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Um Deputado ou um Senador, individualmente, podem ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), assim como as Mesas da Câmara ou do Senado.
- (E) As decisões definitivas do julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) possui efeitos “ex tunc”, ou seja, em regra, a ADI terá efeitos retroativos, podendo haver a modulação dos efeitos da decisão.

**64**

**Acerca das disposições da Constituição Federal de 1988 sobre a Ordem Social, assinale a alternativa correta.**

- (A) As instituições privadas não poderão participar, ainda que de forma complementar, do sistema único de saúde em razão da forma de distribuição dos recursos públicos prevista em lei.
- (B) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de individualidade sistêmica entre ensino, pesquisa e extensão.
- (C) Apenas aos maiores de setenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- (D) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (E) Os índios não são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, sendo representados pelo Ministério Público nos atos do processo.

**65**

**De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).**

- (A) Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (C) Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (D) Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (E) Compõe-se de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

**66**

**Maria é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul, submetida à Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis estaduais, incluindo as regras de promoção funcional, isto é, a passagem do servidor de um grau para o imediatamente superior, dentro da respectiva categoria funcional. Considerando esse caso hipotético, no que se refere à promoção, é correto afirmar que Maria poderá concorrer à promoção se preenchidos os requisitos da lei e não tiver sido punida**

- (A) nos últimos doze meses com pena de suspensão, salvo se convertida em multa.
- (B) nos últimos doze meses com pena de advertência ou suspensão, convertida ou não em multa.
- (C) nos últimos vinte e quatro meses com pena de suspensão, convertida ou não em multa.
- (D) nos últimos vinte e quatro meses com pena de suspensão, salvo se convertida em multa.
- (E) nos últimos doze meses com pena de suspensão, convertida ou não em multa.

**67**

**A Resolução nº 276/2023 do CNMP dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital – MP Digital. Acerca das disposições da citada resolução, assinale a alternativa correta.**

- (A) Democratizar o acesso e aperfeiçoar a governança dos dados processuais gerados pelos ramos e unidades do Ministério Público é um dos princípios da Política Nacional do Ministério Público Digital.
- (B) O Manual do MP Digital é o instrumento de orientação e detalhamento técnico, sendo que, pela Resolução nº 276/2023, a elaboração do manual é atribuição do Comitê Gestor do MP Digital, a ser realizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias.
- (C) A alteração do Manual do MP Digital poderá ser objeto de revisão sempre que houver necessidade, dispensando a alteração da Resolução nº 276/2023, após parecer de mérito do Comitê Gestor do MP Digital ou manifestação semestral dos ramos e unidades do Ministério Público.
- (D) Compete aos ramos e unidades do Ministério Público providenciar a integração com a Plataforma para envio dos dados de processos e procedimentos relativos à atuação institucional.
- (E) Constitui um dos objetivos da Política Nacional do Ministério Público Digital a regulação leve e flexível para assegurar a adaptabilidade e a agilidade necessárias para acompanhar as rápidas transformações tecnológicas.

**68**

**A Resolução nº 118/2014 do CNMP dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público. De acordo com a citada norma, no que se refere à utilização da mediação pelo Ministério Público, é correto afirmar que a mediação é recomendada para**

- (A) controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal.
- (B) controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos.
- (C) solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.
- (D) situações em que seja necessária a intervenção do membro do Ministério Público, servidor ou voluntário, no sentido de propor soluções para a resolução de conflitos ou de controvérsias.
- (E) situações nas quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o seu autor e a vítima, com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos.

**69**

**Acerca das disposições da Lei Estadual nº 7.669/1982 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul), assinale a alternativa correta.**

- (A) O Corregedor-Geral do Ministério Público não terá direito a voto, nas sessões do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público, nos procedimentos disciplinares.
- (B) Estão impedidos de integrar o Conselho Superior do Ministério Público os Procuradores de Justiça que sejam parentes entre si, até o quarto grau, e os cônjuges, nessas hipóteses decidindo-se em favor do mais antigo no cargo.
- (C) O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Conselho Superior, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- (D) O Conselho Superior reunir-se-á quinzenalmente, desde que presentes pelo menos cinco Conselheiros, sendo tomadas as decisões por maioria de votos, cabendo ao Presidente, salvo nas votações secretas, também o voto de desempate.
- (E) Compete ao Procurador-Geral de Justiça presidir as sessões do Conselho Superior do Ministério Público, com direito a voto nos procedimentos disciplinares.

**70**

**João é promotor de justiça vitalício de determinado Estado da Federação, atuando na Promotoria com atribuições na área criminal. A respeito desse caso hipotético, com base na Lei nº 8.625/1993, quanto às garantias e prerrogativas de João, é correto afirmar que**

- (A) a ação civil para a decretação da perda do seu cargo será proposta pelo procurador-geral de justiça perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica.
- (B) é vedado a João o exercício da advocacia, salvo aquela de natureza *pro bono*, voltada à defesa do meio ambiente, por possuir afinidade com as funções institucionais do Ministério Público.
- (C) João pode perder o cargo em razão de condenação em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, não havendo necessidade de ajuizamento de ação específica para perda do seu cargo.
- (D) João poderá examinar, em qualquer repartição policial, autos de flagrante ou inquérito, findos ou em andamento, salvo se conclusos à autoridade judiciária, podendo copiar peças e tomar apontamentos.
- (E) a ação civil para a decretação da perda do seu cargo será proposta pelo corregedor-geral do Ministério Público perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica.

71

**Em relação ao regime disciplinar dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, na forma estabelecida na Lei Estadual nº 10.098/1994, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Ao servidor que se recusar, sem justo motivo, à prestação de serviços extraordinários, poderá ser aplicada pena de suspensão.
- (B) Os registros funcionais de advertência, repreensão, suspensão e multa serão automaticamente cancelados após 5 (cinco) anos, desde que, nesse período, o servidor não tenha praticado nenhuma nova infração.
- (C) Nos casos de abandono de cargo e inassiduidade, o prazo de prescrição começa a fluir a partir da data em que o servidor reassumir as suas funções ou cessarem as faltas ao serviço.
- (D) Será aplicada a pena de suspensão ao servidor que praticar infração intencional ou revestida de gravidade.
- (E) Os efeitos da conversão da suspensão em multa não serão alterados, mesmo que ao servidor seja assegurado afastamento legal remunerado durante o respectivo período.

72

**De acordo com o disposto no Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:**

- (A) as organizações religiosas e os Estados.
- (B) as sociedades e os Municípios.
- (C) as associações públicas e os partidos políticos.
- (D) as entidades de caráter público criadas por lei e as autarquias.
- (E) os partidos políticos e os empreendimentos de economia solidária.

73

**Caio foi uma pessoa que dedicou boa parte da sua vida às atividades de pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos. Por isso decidiu manifestar sua vontade, em testamento, de criar uma fundação. Para tanto, fez a dotação especial de bens livres e especificou que a fundação terá como finalidade o desenvolvimento daquelas atividades para as quais ele dedicou boa parte da sua vida, cometendo ao seu irmão a aplicação do patrimônio e a formulação do estatuto da fundação, não especificando prazo para tal encargo. Com base nessa situação hipotética e nos termos do Código Civil, é correto afirmar que**

- (A) a referida fundação não pode ser criada para tal finalidade, pois não é prevista expressamente em rol taxativo.
- (B) o Ministério Público do Estado velará pelas fundações onde situadas. Mas, se as fundações estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao Ministério Público Federal.
- (C) se o irmão de Caio, tendo ciência do encargo, não formular o estatuto da fundação, projetada no prazo de cento e oitenta dias, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz, a incumbência caberá ao Ministério Público.
- (D) depois de constituída, para que se possa alterar o estatuto da referida fundação é mister que a reforma: (i) seja deliberada por três quintos dos competentes para gerir e representar a fundação; (ii) não contrarie ou desvirtue o fim desta; (iii) seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de cento e oitenta dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (E) se a alteração no estatuto da referida fundação houver sido aprovada por três quintos dos competentes para gerir e representar a fundação, os administradores, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, poderão dispensar a ciência da minoria vencida para impugnar tal alteração.

74

**A respeito do direito das sucessões, assinale a alternativa correta nos termos do Código Civil.**

- (A) Nos casos em que os herdeiros ou legatários houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro, o Ministério Público tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário da sucessão.
- (B) A renúncia da herança, sob condição ou a termo, deve constar expressamente de instrumento particular ou termo judicial.
- (C) Quando os herdeiros ou legatários houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a imediata exclusão do herdeiro ou legatário indigno, independentemente de sentença no cível.
- (D) A exclusão do herdeiro ou legatário que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade, será declarada por sentença, observado que o direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em dois anos, contados da data dos fatos.
- (E) O excluído da sucessão não terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança, mas terá direito à sucessão eventual desses bens.

75

**A temática da responsabilidade civil é abordada pelo Código Civil e constantemente objeto de manifestação pela doutrina e de análise pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.**

- (A) Embora expressamente prevista no Código Civil, o Supremo Tribunal Federal entendeu que é inconstitucional a responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida, por sua natureza, apresentar exposição habitual a risco especial, com potencialidade lesiva, e implicar ao trabalhador ônus maior do que aos demais membros da coletividade, pois, no direito privado, deve ser adotada a teoria da culpa civil.
- (B) O vínculo permanente e vitalício entre a instituição religiosa e seu sacerdote é inapto a ensejar a responsabilidade objetiva da instituição por desvio moral de conduta de seu representante, devendo ser comprovada a responsabilidade subjetiva do padre por fato criminoso vinculado ao prestígio social angariado em razão do desempenho da função.
- (C) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que dela resulte ao ofendido, vedado ao juiz fixar o valor da indenização, de forma equitativa, se o ofendido não puder provar prejuízo material.
- (D) O ordenamento jurídico brasileiro não adotou a doutrina do “inferno de severidade”, ou seja, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz, pautado no princípio da reparação integral ou da indenizabilidade plena, não poderá reduzir a indenização, ainda que equitativamente.
- (E) O simples descumprimento do prazo estabelecido em legislação específica para a prestação de serviço bancário não gera por si só dano moral “in re ipsa”. É necessário que, além do ato ilícito, estejam presentes também o dano e o nexo de causalidade, tendo em vista serem elementos da responsabilidade civil.

**76**

**João, pessoa com deficiência, decidiu formular pedido de tomada de decisão apoiada. Para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, elegeu como seus apoiadores Joaquim e Maria, pessoas idôneas com as quais mantém vínculos e que gozam de sua confiança. Com base nessa situação hipotética e nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, Joaquim e Maria devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses de João, o qual é facultado constar no referido termo.
- (B) Desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado, a decisão apoiada tomada por João terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições. O terceiro com quem João mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.
- (C) Compete exclusivamente ao Ministério Público receber denúncia da pessoa apoiada ou de qualquer pessoa se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas. Se procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para a prestação de apoio.
- (D) João pode, no prazo fixado no termo ou respeitado o prazo de trinta dias antes de expirar a vigência, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.
- (E) Joaquim pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do Ministério Público sobre a matéria.

**77**

**Em relação ao direito de família previsto no Código Civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) Pessoas com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização, irrevogável, de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.
- (B) Não podem casar os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil, assim como os afins em linha reta.
- (C) Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de duas testemunhas que tenham, com algum dos nubentes, parentesco em linha reta, ou, na colateral, até segundo grau.
- (D) Não devem casar o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas, bem como o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- (E) Os impedimentos e as causas suspensivas podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

78

O MPRS propôs ação civil pública em face da empresa ABXZ Ambiental Ltda, em razão de lesão ao meio ambiente. Regulamente citada, a empresa apresentou defesa na forma de contestação, e o processo foi devidamente instruído. Contudo sobreveio sentença rejeitando o pedido formulado na inicial e julgando totalmente improcedente a ação. Nesse caso hipotético, considerando a intenção do Ministério Público em interpor recurso de apelação ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) a partir da sua intimação pessoal, o Ministério Público gozará de prazo em dobro para interposição do recurso, de modo que a comprovação de eventual feriado local deve ocorrer no ato de interposição do recurso, e, se não o fizer, o tribunal determinará a correção do vício formal, vedada sua desconsideração ainda que a informação já conste do processo eletrônico.
- (B) a partir da sua intimação pessoal, o Ministério Público gozará de prazo em quádruplo para interposição do recurso, de modo que a comprovação de eventual feriado local pode ocorrer até a apresentação de contrarrazões ao recurso ou o decurso do respectivo prazo, e, se não o fizer, o tribunal não conhecerá do recurso, pois se trata de vício material.
- (C) a partir da publicação da sentença no diário oficial de justiça, o Ministério Público gozará de prazo em dobro para interposição do recurso, de modo que a comprovação de eventual feriado local deve ocorrer no ato de interposição do recurso, e, se não o fizer, o tribunal determinará a correção do vício material, ou poderá desconsiderá-lo caso a informação já conste do processo eletrônico.
- (D) a partir da sua intimação pessoal, o Ministério Público gozará de prazo em dobro para interposição do recurso, de modo que a comprovação de eventual feriado local deve ocorrer no ato de interposição do recurso, e, se não o fizer, o tribunal determinará a correção do vício formal, ou poderá desconsiderá-lo caso a informação já conste do processo eletrônico.
- (E) a partir da publicação da sentença no diário oficial de justiça, o Ministério Público gozará de prazo em dobro para interposição do recurso, de modo que a comprovação de eventual feriado local pode ocorrer até a apresentação de contrarrazões ao recurso ou o decurso do respectivo prazo, e, se não o fizer, o tribunal não conhecerá do recurso. Nesse caso, o membro do Ministério Público poderá ser civil e regressivamente responsável, caso fique demonstrado que agiu com dolo ou culpa.

79

De acordo com o disposto no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) A audiência poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a vinte minutos do horário marcado
- (B) A audiência é una e contínua, não podendo ser cindida na ausência de perito ou de testemunha.
- (C) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.
- (D) São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função, o advogado-geral da União, os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral de justiça e o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) O juízo estadual não tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal, ainda que, na localidade, não exista vara federal.

80

Conforme indicado no Código de Processo Civil vigente, o juiz poderá determinar a substituição da penhora

- (A) mediante requerimento das partes se, inexistindo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados.
- (B) mediante requerimento das partes se ela incidir sobre bens de alta liquidez.
- (C) se o executado descrever os bens móveis, com todas as suas propriedades e características, bem como o estado deles e o lugar onde se encontram, independentemente de manifestação do exequente sobre o requerimento de substituição do bem penhorado.
- (D) se o executado comprovar as respectivas matrículas e os registros por certidão do correspondente ofício, quanto aos bens imóveis, independentemente de expressa anuência do cônjuge, ainda que o regime seja o de separação absoluta de bens.
- (E) mediante requerimento das partes se o executado não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações previstas em lei.

**81**

Em janeiro de 2025, Maria, domiciliada em Porto Alegre-RS, celebrou um contrato de prestação de serviços com Pedro, domiciliado em Florianópolis-SC, para a realização de um evento em Curitiba-PR. No contrato as partes elegeram o foro da cidade de São Paulo para dirimir eventuais litígios. Com base nesse caso hipotético e nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A eleição de foro é válida, pois foi pactuada por escrito e consta no instrumento contratual, independentemente da pertinência com o domicílio das partes ou o local da obrigação.
- (B) A eleição de foro é inválida, pois não guarda pertinência com o domicílio das partes, o local da obrigação ou o negócio jurídico discutido, caracterizando prática abusiva.
- (C) A qualquer momento e em qualquer grau de jurisdição, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- (D) Embora pactuado, o foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- (E) A eleição de foro é inválida, pois o contrato foi celebrado entre particulares, e a eleição de foro só é permitida em contratos consumeristas.

**82**

Referente à ação civil pública, nos termos da Lei nº 7.347/1985 e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Por expressa vedação na Lei nº 7.347/1985, o Ministério Público não tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- (B) O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação civil pública com objetivo de compelir entes federados a entregarem medicamentos a portadores de certa doença, pois se trata de direito/interesse individual.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular acordo realizado entre o contribuinte e o poder público para o pagamento de dívida tributária, pois se trata de pretensão expressamente vedada pela Lei nº 7.347/1985.
- (D) O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em ação desapropriatória não obsta a propositura de ação civil pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a ação rescisória.
- (E) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público, pois tal atribuição é da Advocacia Pública.

**83**

**A respeito da ação de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992 e no entendimento dos tribunais superiores (STF e STJ), assinale a alternativa correta.**

- (A) Por demandar o exame de fatos, entende-se impossível a homologação judicial de acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal.
- (B) O agente político eleito não tem legitimidade ativa para ajuizar pedido de suspensão com o objetivo de sustar efeitos de decisão que o afastou cautelarmente do cargo para apuração de atos de improbidade administrativa.
- (C) As disposições da Lei nº 8.429/1992 são inaplicáveis àquele que, não sendo agente público, tenha conduta que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- (D) Tal como ocorre com o Presidente da República e com o Governador do Estado ou do Distrito Federal, o processo e julgamento de Prefeito por crime de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/1967) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992.
- (E) A previsão na Lei nº 8.429/1992 de proibição do responsável pelo ato de improbidade de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio de pessoa jurídica, não viola o princípio da incomunicabilidade das punições, pois, ao atuar ostensivamente no controle e direcionamento da atividade empresarial, tal norma evita fraude à sanção imposta.

**84**

**Fulano é chefe de Beltrano em uma empresa produtora de tecelagem, e ambos são maiores de 18 anos. Em um dado momento, quando a sós no almoxarifado, Fulano se aproxima pacificamente de Beltrano e o acaricia nas partes íntimas, com a finalidade de progredir o ato para uma relação erótica posterior ao expediente. Insatisfeito, Beltrano lavra boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia. Diante dessa situação hipotética, de acordo com o Código Penal,**

- (A) Fulano praticou crime de assédio sexual.
- (B) o fato é penalmente atípico, embora seja moralmente censurável.
- (C) Fulano praticou crime de violação sexual mediante fraude.
- (D) Fulano não praticou o delito, pois estava resguardado pela excludente de ilicitude do consentimento do ofendido.
- (E) Fulano praticou crime de importunação sexual.

**85**

**De acordo com o Código Penal, preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.**

**A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar, será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de \_\_\_\_\_ dias de detenção ou reclusão.**

- (A) trinta
- (B) sessenta
- (C) noventa
- (D) vinte
- (E) cento e oitenta

**86**

**De acordo com o Código Penal, há causa de aumento de pena (circunstância majorante) no crime de roubo:**

- I. se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;
- II. se há o concurso de duas ou mais pessoas;
- III. se a vítima está em serviço de transporte de valores, e o agente conhece tal circunstância;
- IV. se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego;
- V. se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

**Estão corretas:**

- (A) apenas I, II e IV.
- (B) apenas I, II, III e V.
- (C) apenas II, III, IV e V.
- (D) apenas III e V.
- (E) apenas II, IV e V.

**87**

**Conforme o Código Penal, é crime contra a fé pública, EXCETO**

- (A) emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago.
- (B) importar, exportar, adquirir, vender, trocar, ceder, emprestar, guardar, fornecer ou restituir à circulação selo falsificado destinado a controle tributário.
- (C) falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.
- (D) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável, a fim de suprimir obrigação.
- (E) contribuir o funcionário público para o licenciamento ou registro de veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial.

**88**

**Pedro, objetivando praticar homicídio, efetua dois disparos contra a vítima Marcos, mas erra o alvo e, apesar de ter ainda cinco projéteis de arma de fogo aptos a alvejar Marcos, desiste de matá-lo. Diante dessa situação hipotética, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que**

- (A) Pedro exerceu arrependimento eficaz em relação ao homicídio e à posse de arma de fogo.
- (B) Pedro praticou crime de homicídio tentado e não responderá pelos disparos de arma de fogo em razão da consunção.
- (C) Pedro exerceu arrependimento posterior em relação ao crime de homicídio e responderá pelo crime de posse e disparo de arma de fogo.
- (D) Pedro incidiu em erro de tipo evitável e só deve responder pelos atos já praticados, como o disparo de arma de fogo.
- (E) Pedro exerceu desistência voluntária em relação ao crime de homicídio e responderá pelo crime de disparo de arma de fogo.

**89**

**De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Todos os crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa podem ser tomados como culposos se praticados com negligência.
- (B) No infanticídio culposo, a agente age sem a intenção de matar, mas o faz por estado puerperal.
- (C) Salvo os casos expressamente previstos em lei como crimes culposos, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
- (D) É preterdolosa a lesão corporal quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, ainda que o tenha iniciado de forma culposa.
- (E) A imperícia como elemento da conduta dos crimes culposos é fato considerado culpável a pretexto de isentar ou aplicar a pena.

**90**

**Consoante o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) A lei processual penal veda a interpretação analógica, independentemente se favorável ou não ao réu.
- (B) Aplica-se à lei processual penal o princípio da taxatividade, isto é, os enunciados normativos deverão ser minuciosamente descritivos a fim de impossibilitar a interpretação extensiva.
- (C) A lei processual penal admitirá a aplicação supletiva da lei processual civil, especialmente nas matérias em que for omissa.
- (D) A lei processual penal não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- (E) A interpretação extensiva, admitida pela lei processual penal, é aquela que possibilita a reprimenda da norma anteriormente vigente.

**91**

**Marcelo é analista do Ministério Público e está trabalhando na elaboração de um parecer diante de uma defesa preliminar apresentada por advogados em sede de ação penal por crime de tráfico de drogas. Nessa defesa, foi alegada nulidade do inquérito policial que deu causa à denúncia, porque o réu não foi interrogado em Delegacia de Polícia. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que, no parecer, Marcelo deve referir que**

- (A) a ausência de interrogatório policial só pode ser alegada em sede de alegações finais, não em defesa prévia.
- (B) a ausência de interrogatório policial é nulidade relativa, e o Ministério Público pode desistir da ação penal para que o interrogatório ocorra, e, depois, oferecê-la novamente.
- (C) a ausência de interrogatório policial causa nulidade integral do inquérito policial, por violação ao contraditório.
- (D) o interrogatório policial não é necessariamente um direito do réu, mas uma disponibilidade da autoridade policial, que pode concluir a investigação sem ouvir o investigado se já possuir indícios suficientes para a confecção do relatório.
- (E) o juiz do processo pode baixar os autos e determinar o interrogatório complementar do investigado antes de receber a denúncia, a fim de sanar vício procedimental que contamina a ação penal.

**92**

**De acordo com a jurisprudência do STF sobre o tema “juiz de garantias”, assinale a alternativa correta.**

- (A) Ao se manifestar pelo arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o Ministério Público submeterá sua manifestação ao juiz competente e comunicará o fato à vítima, ao investigado e à autoridade policial, podendo encaminhar os autos para o procurador-geral ou para a instância de revisão ministerial, quando houver, para fins de homologação.
- (B) A competência do juiz das garantias termina com a apresentação do relatório final da investigação preliminar, cuja análise passa a ser atribuição do juiz da instrução penal, que decidirá, também, eventuais diligências pendentes.
- (C) Em até 90 dias após o oferecimento da denúncia ou queixa, o juiz da instrução e julgamento deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso.
- (D) As normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam aos processos de competência originária do STF e do STJ e tampouco incidirão nos processos criminais da Justiça Eleitoral.
- (E) O juiz que tiver admitido prova declarada inadmissível está proibido de proferir a sentença ou o acórdão.

**93**

Isadora é analista do Ministério Público e está analisando um caso com potencial impedimento ou suspeição do juiz da instrução. No caso, o juiz havia sido jurado em um antigo procedimento de tribunal do júri, mas o veredito foi anulado pelo Tribunal de Justiça, e, agora, o magistrado presidirá a nova sessão plenária. Diante das informações desse caso hipotético, é correto afirmar que Isadora deveria preparar peça processual alegando que

- (A) o juiz é suspeito para exercer jurisdição nesse plenário do tribunal do júri, pois está diretamente interessado no feito na medida em que pretenderá fazer valer o seu veredito como jurado.
- (B) o juiz está impedido de exercer jurisdição no feito por já ter figurado ele próprio como auxiliar da justiça (jurado), uma vez que os jurados se equiparam aos juizes togados em termos de responsabilização criminal.
- (C) o juiz não é suspeito nem impedido, uma vez que o veredito foi anulado e, tecnicamente, não existiu nos autos.
- (D) o juiz deve se autodeclarar impedido porque, ao votar como jurado, aconselhou uma das partes envolvidas na lide, sinalizando o resultado do julgamento por meio do veredito.
- (E) o juiz só deverá se declarar suspeito ou impedido se algum jurado sorteado for seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, pois, assim, se considerará que ele, o juiz, terá influência sobre o jurado.

**94**

De acordo com o Código de Processo Penal, depois de receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente:

- I. relaxar a prisão ilegal;
- II. converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes na lei processual penal, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão;
- III. entregar ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas;
- IV. conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

**Estão corretas:**

- (A) apenas I, II e III.
- (B) apenas III e IV.
- (C) apenas II, III e IV.
- (D) apenas I, II e IV.
- (E) apenas I e IV.

**95**

**Conforme o Código de Processo Penal, são causas de absolvição sumária do acusado em sentença penal, EXCETO**

- (A) existir manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.
- (B) existir manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade.
- (C) estiver extinta a punibilidade do agente.
- (D) haver fundada dúvida sobre a existência de circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena.
- (E) concluir-se que o fato narrado evidentemente não constitui crime.

**96**

**Consoante a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), após o recebimento do inquérito policial, de Comissão Parlamentar de Inquérito ou peças de informação, assinale a alternativa que apresenta as medidas corretas que podem ser adotadas pelo Ministério Público.**

- (A) No prazo de 5 dias: requerer o arquivamento dos autos, requisitar as diligências que entender necessárias ou oferecer denúncia, arrolando até 5 testemunhas.
- (B) No prazo de 10 dias: requerer o arquivamento dos autos, requisitar as diligências que entender necessárias ou oferecer denúncia, arrolando até 8 testemunhas.
- (C) No prazo de 5 dias: requerer o arquivamento dos autos, requisitar as diligências que entender necessárias ou oferecer denúncia, arrolando até 10 testemunhas.
- (D) No prazo de 5 dias: requerer o arquivamento dos autos, requisitar as diligências que entender necessárias ou oferecer denúncia, arrolando até 8 testemunhas.
- (E) No prazo de 10 dias: requerer o arquivamento dos autos, requisitar as diligências que entender necessárias ou oferecer denúncia, arrolando até 5 testemunhas.

**97**

**No que se refere aos crimes de trânsito, na forma da Lei nº 9.503/1997, assinale a alternativa correta.**

- (A) A suspensão de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor deve ser imposta cumulativamente com outras penalidades.
- (B) Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, não se imporá a prisão em flagrante nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- (C) Nos crimes de trânsito, a multa reparatória não se limitará ao valor do prejuízo demonstrado no processo.
- (D) A prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor resulta em pena de reclusão de dois a quatro anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
- (E) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem a duração de dois meses a quatro anos.

**98**

**Em relação aos estabelecimentos penais, na forma disciplinada pela Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa correta.**

- (A) A cadeia pública será instalada próximo de centro urbano.
- (B) A Colônia Agrícola destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto e da limitação de fim de semana.
- (C) O prédio da Casa do Albergado poderá situar-se em centro urbano, desde que contenha obstáculos físicos contra a fuga.
- (D) A penitenciária de homens pode ser construída em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.
- (E) Será de cinco metros quadrados a área mínima de uma unidade celular.

**99**

**Nos termos da Lei nº 12.305/2010, é(são) objetivo(s) da Política Nacional de Resíduos Sólidos:**

- (A) prevenção e precaução.
- (B) gestão integrada de resíduos sólidos.
- (C) direito da sociedade à informação e ao controle social.
- (D) respeito às diversidades locais e regionais.
- (E) desenvolvimento sustentável.

**100**

**Um agricultor danificou uma floresta considerada de preservação permanente ainda em formação, praticando crime ambiental definido na Lei nº 9.605/1998. Com base nesse contexto hipotético, quanto à aplicação da pena em desfavor desse agricultor, é correto afirmar que**

- (A) ele não poderá ser beneficiado com a suspensão condicional da pena, haja vista que o crime cometido é penalizado com pena de reclusão de um a quatro anos.
- (B) se condenado à prestação de serviços à comunidade, ele poderá cumprir a penalidade mediante o custeio de programas e de projetos ambientais.
- (C) ele não cometeu nenhum crime, tendo em vista que o dano foi causado em floresta de preservação permanente ainda em formação, o que exclui a ilicitude da conduta.
- (D) ele pode ser beneficiado pela suspensão condicional da pena, haja vista que o crime cometido possui pena de detenção de um a três anos.
- (E) ele não poderá ser beneficiado pela aplicação de pena restritiva de direito na modalidade de recolhimento domiciliar, isso porque a lei que define os crimes ambientais não prevê tal penalidade.

